

Campos sugere cortes a FH

O governo federal iniciará consultas ao Legislativo e ao Judiciário para sondar a possibilidade de os três Poderes virem a anunciar conjuntamente um corte liminar de gastos em suas despesas. Essa sugestão foi feita – e aceita – por Roberto Campos ao presidente Fernando Henrique Cardoso durante conversa dos dois e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, quarta-feira no Palácio da Alvorada.

Campos, cuja influência na economia brasileira dispensa apresentações, foi convidado para dar um panorama a respeito do que pensa da crise atual e sugerir os caminhos que considera adequados para enfrentá-la. Segundo ele, Fernando Henrique e Armínio Fraga o chamaram porque “acham que já administrei crises suficientes para poder dar a minha visão do problema”.

E o resumo dessa visão é dramático: se não agir rápido e com firmeza no sentido de mostrar ao capital internacional que o Brasil inteiro, e não apenas o governo, tem consciência da urgência de fazer o enfrentamento ao déficit, o país terá de começar a conviver com a hipótese real da falência total.

“Antigamente havia a certeza de que países grandes não corriam o risco de falir porque o FMI, o G-7 e o Tesouro americano garantiriam suas economias para evitar o risco de contágio e, com ele, uma quebra geral.” Foi por esse motivo, combinado com a regra de que juros altos são suficientes para atrair capitais, que o Brasil escapou das crises do México e da Ásia.

“Quando estourou a da Rússia tudo isso caiu por terra e o risco contágio do Brasil também se mostrou bem menor do que era esperado. A Argentina e o México conseguiram, durante a nossa crise, vender bônus, o que explicitou a limitação de nossa capacidade de fazer o mal.” E aí, de acordo com Roberto Campos, o cacife brasileiro também diminuiu. Só nos resta, na opinião dele, mostrar disposição de fazer o bem. Que é exatamente um ajuste profundo.

“Conversamos sobre a necessidade de reverter essa onda de pessimismo que tem levado os bancos a se retraírem até nos créditos comerciais, o que é incomum.” Roberto Campos disse que o primeiro passo é de fato a conclusão do segundo acordo com o FMI, já que o efeito da frustração do primeiro foi desastroso. “Esse agora conterà metas fiscais muito mais profundas.”

Campos defendeu também a retomada do calendário de privatizações – “como única forma de atrair de novo os investidores, pois significa a esperança de reduzirmos o estoque da dívida” –, mas não viu no presidente muita disposição de fazer já a privatização total das estatais, vendendo agora a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. “Eu teria feito isso há muito tempo e até por isso não estou no poder.”

“A percepção da crise é aguda no Executivo, média no Legislativo e quase nula no Judiciário.”

(Roberto Campos)
